MARCELY FERREIRA RODRIGUES

**CORTES DE SOBREPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DE
PRECEDENTES**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Marcelo José Magalhães Bonizzi

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

MARCELY FERREIRA RODRIGUES

**CORTES DE SOBREPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DE
PRECEDENTES**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Doutor Marcelo José de Magalhães Bonizzi.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Rodrigues, Marcely Ferreira

Cortes de Sobreposição e formação de precedentes, 2020. 173p.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Direito.

Área de concentração: Direito Processual

Orientador: Professor Doutor Marcelo José Magalhães Bonizzi.

1. Procedure law; 2. Civil Procedure; 3; Precedents; 4. Supreme Courts

Nome: Marcelly Ferreira Rodrigues
Título: Cortes de Sobreposição e formação de precedentes

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Processual.

Aprovado em _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcelo José Magalhães Bonizzi

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Assinatura: _____

Ao Felipe,

Meu professor, amigo e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato diário e constante e eu espero que todos os que me auxiliaram em qualquer medida para a conclusão dessa etapa saibam quão indispensáveis foram – e seguem sendo – na minha eterna jornada de aprendizado.

Aos meus pais, Enir e Simone, agradeço por me ensinarem a importância de aprender e de valorizar o conhecimento. Vocês estiveram comigo nos meus primeiros passos e sempre serão os primeiros em tudo o que se seguir.

Ao Felipe, que é a minha fonte de força e coragem, agradeço especialmente pela inabalável crença de que eu sou capaz. Agradeço, também, à Isadora, irmã, amiga e a maior expressão do meu amor; e aos meus sogros, João e Rosana, que me acolheram em sua família e que nunca deixaram de me amparar e me dedicar amor.

Agradeço ao Professor Marcelo José Magalhães Bonizzi pela oportunidade única de cursar a Pós-Graduação da Faculdade de Direito de São Paulo, pela orientação, disponibilidade, lições e cuidado: ser sua aluna contribuiu para meu desenvolvimento e me inspirou a seguir.

Ao Professor Flávio Luiz Yarshell, que me é um exemplo na academia e na advocacia, agradeço por acreditar em mim no início e me apresentar a esse caminho, bem como por colaborar com ideias e sugestões em meu Exame de Qualificação, pelo qual também sou grata ao Professor Ricardo de Barros Leonel, que contribuiu sobremaneira com minha formação em sala de aula durante as diversas disciplinas cursadas ao longo da Pós-Graduação.

Agradeço especialmente aos amigos que fiz no Yarshell e Camargo Advogados. À Elizandra Mendes de Camargo da Ana, que é responsável direta pelo meu desenvolvimento profissional e a todos que me ensinaram que processos são, sim, especiais: Andre Moraes Bachur Silva, Camila de Carvalho Ribeiro dos Santos, Carlos Alberto Canfora Filho, Eva Letícia Ricciardi de Paula, Filippe Cheida Vieites, Filippo Del Giudice Garofalo, Juliana Tiwa Murakoshi e Thiago Castanheiro Struzani.

A todos os colegas de trabalho do Gustavo Tepedino Advogados, agradeço por me acolherem. À Vivianne da Silveira Abílio, que é minha chefe, amiga e minha terapeuta: esse

trabalho é também fruto da sua paciência e carinho. Quando eu crescer quero ser como você! Agradeço, ainda, à Marina Branco Campos, por me aceitar e oferecer seu tempo, trabalho e amizade para que eu pudesse concluir essa etapa, e à Tainara Teixeira da Silva, que me abraçou todas as vezes que precisei.

Agradeço aos incontáveis amigos que a Pós-Graduação me apresentou e que me mostraram que o caminho é difícil, mas estamos todos juntos: Bruna Tourinho Nakamura, Cássio Drummond Mendes de Almeida e Fernanda Rocha Azevedo. Vocês são exemplos. Em especial, agradeço a Danyelle da Silva Galvão e Maria Celia Nogueira Pinto e Borgo, que dedicaram seu precioso tempo a ouvir minhas angústias na reta final e são responsáveis diretas por esse trabalho ter sido finalizado e depositado.

Por fim, agradeço às minhas amigas Bruna Paiva Rios, Larissa Martine Giusti e Marcela Vecchio, por me amarem o bastante para compreender minha ausência e torcerem por mim: agora eu tô de volta!

*Cada pessoa deve trabalhar para o
seu aperfeiçoamento e, ao mesmo tempo,
participar da responsabilidade coletiva por
toda a humanidade.*

Marie Curie

RESUMO

Rodrigues, Marceley Ferreira. **Cortes de Sobreposição e formação de precedentes**. 173p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Buscou-se examinar a teoria do precedente judicial e sua influência no Código de Processo Civil brasileiro, especialmente quanto à sua relação com o papel das Cortes de Sobreposição brasileiras. A pesquisa partiu de um método dogmático para a investigação dos precedentes, examinando-os nos ordenamentos jurídicos em que foram inspirados, a experiência brasileira com técnicas similares e como se deu a importação e positivação no ordenamento jurídico pátrio. Na sequência, foram analisadas as Cortes de Sobreposição nos ordenamentos estrangeiros e sua relação com eventuais sistemas de precedentes em cada um deles. Chegou-se, por fim, à avaliação da posição e modelo das Cortes de Sobreposição no Brasil, relacionando-as com o precedente judicial para concluir-se, afinal, pela existência de influência da teoria dos precedentes e sua formação na posição das Cortes de Sobreposição brasileiras.

Palavras-chave:

1. Direito processual; 2. Direito processual civil; 3. Precedentes; 4. Cortes de Sobreposição

ABSTRACT

Rodrigues, Marcely Ferreira. Supreme Courts and precedents formation. 173p. Thesis (Master of Laws) –Faculty of Law of the University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The thesis analyses the influence of the judicial precedent doctrine on the Brazilian Civil Procedure Code, specifically in relation with the impact of such doctrine on the functions of the Supreme Courts in Brazil. The research presented on the thesis used a dogmatic method to investigate the several types of precedents, by examining its regulation and operation in other countries and, then, the Brazilian experience with similar techniques and the form that these instruments were incorporated on the Brazilian Law. In addition, the Supreme Courts of foreign judicial systems were studied, as well as their relation with the existing judicial precedent formation system. Hence, the Brazilian Supreme Court model is evaluated, in view of the development methods of the judicial precedent in the Brazilian Civil Procedure Law. Upon the conclusion of the method implemented on the present thesis, it is possible to identify the influence of the precedent doctrine and its formation on the Brazilian Supreme Courts.

Keywords:

1. Procedure Law; 2. Civil Procedure Law; 3. Judicial Precedents; 4. Supreme Courts

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. O PRECEDENTE NOS PAÍSES DO COMMON LAW	22
1.1. Evolução histórica do precedente nos países filiados ao <i>common law</i> : Inglaterra e Estados Unidos	22
1.2. Conceito de precedente no <i>common law</i> e sua composição	28
1.3. Técnicas de aplicação e afastamento dos precedentes	33
1.4. Stare decisis	38
1.5. A importação do precedente nos países estrangeiros filiados à <i>Civil Law</i> 41	
1.6. A aproximação dos sistemas do <i>Civil Law</i> e do <i>Common Law</i>	46
2. O PRECEDENTE NO DIREITO BRASILEIRO	53
2.1. O desenvolvimento brasileiro do precedente	53
2.2. Os precedentes no atual Código de Processo Civil	62
2.3. O rol de técnicas de formação de precedentes	65
2.3.1. A jurisdição constitucional	66
2.3.2. Os enunciados de súmula	69
2.3.2.1. Criação, alteração ou revogação de enunciados de súmula	73
2.3.3. As técnicas de julgamento coletivo: litigância repetitiva	75
2.3.3.1. Os modelos teóricos e suas premissas	76

2.3.3.1.1.	Recursos extraordinário e especial repetitivos	79
2.3.3.1.2.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	82
2.3.4.	O incidente de assunção de competência	84
2.3.5.	Os julgamentos em plenário ou no órgão especial	90
2.4.	Graus de vinculação dos precedentes do art. 927 do Código de Processo Civil	92
2.4.1.	A reclamação constitucional como instrumento de <i>enforcement</i> para garantia da vinculação ao precedente.....	95
2.5.	Ausência de uma teoria geral dos precedentes e a confusão aparente entre os conceitos de jurisprudência, súmulas e precedentes.....	98
3.	AS DIFERENTES FUNÇÕES DAS CORTES DE SOBREPOSIÇÃO NOS DIVERSOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS.....	103
3.1.	A adoção de uma sistemática de precedentes e seus reflexos na função das Cortes de Sobreposição.....	103
3.2.	As Cortes de Sobreposição no direito estrangeiro e as escolhas para consecução de suas funções	107
3.2.1.	As cortes nos países do Common Law	108
3.2.1.1.	A Supreme Court nos Estados Unidos da América.....	109
3.2.1.2.	Inglaterra: Da House of Lords à Supreme Court.....	112
3.2.2.	As cortes nos países do Civil law	116
3.2.2.1.	França e a Cour de Cassation	117
3.2.2.2.	Itália e a Corte Suprema di Cassazione	119
3.2.2.3.	Alemanha e o Bundesgerichtshof (BGH).....	124
3.2.2.4.	Argentina e a Corte Suprema de Justicia de la Nación	126

4. RELAÇÃO ENTRE CORTES E PRECEDENTES: AFETAÇÃO RECÍPROCA	131
4.1. Estrutura das Cortes de Sobreposição no Brasil	131
4.1.1. O Supremo Tribunal Federal	131
4.1.2. O Superior Tribunal de Justiça	134
4.2. Tribunais em números: a atuação das Cortes na formação de precedentes 136	
4.2.1. O Supremo Tribunal Federal	137
4.2.2. O Superior Tribunal de Justiça	141
4.3. As várias faces das Cortes de Sobreposição brasileiras	144
CONCLUSÕES	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

INTRODUÇÃO

O advento do Código de Processo Civil atual gerou grande debate na academia acerca da adoção, pelo Brasil, de um efetivo sistema de precedentes. Para além das implicações práticas e evidentemente processuais envolvidas no tema, muito também se discutiu no âmbito da filosofia do Direito, a fim de se demonstrar todas as consequências envolvidas na opção pela valorização do precedente judicial.

Nessa seara, um dos pontos mais difundidos se relaciona ao papel do precedente à luz das teorias interpretativas do Direito.¹ Se antes se admitia a interpretação como simples declaração de uma norma inserida em um sistema, atualmente se sabe que a atividade jurisdicional corresponde a uma atividade de reconstrução do sentido normativo, de modo que o juiz não mais apenas diz o direito, mas cria normas a partir de suas decisões.²

Essa atividade criativa ganha ainda mais vigor à luz da teoria dos precedentes, uma vez que a norma criada se materializa por meio de uma decisão cujas razões de decidir poderão ser, futuramente, encampadas para solução de outras relações jurídicas. Daí a razão pela qual DANIEL MITIDIERO afirma que “o processo civil passou a responder não só pela necessidade de resolver casos concretos mediante a prolação de uma decisão justa para as partes, mas também pela promoção da unidade do direito mediante a formação de precedentes”.³

¹ Acerca do posicionamento de que as decisões, ao interpretarem o texto legal, tornam-se fonte de Direito, vide, dentre outros: GRINOVER, Ada Pellegrini. *Ensaio sobre a processualidade*: fundamentos para uma nova teoria geral do processo. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016, p. 88; CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Precedente como fonte do direito*. São Paulo: RT, 2004; SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. *Segurança jurídica e jurisprudência*: um enfoque filosófico-jurídico. São Paulo: LTr, 1996, p. 223-224; REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 169; MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes obrigatórios*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 74.

² MITIDIERO, *Cortes Superiores e Cortes Supremas*: Do controle à interpretação da jurisprudência ao precedente. 3ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 21

³ Ibidem, p. 22.

Assumindo que as consequências futuras da aplicação do precedente serviriam à solução do problema de assoberbamento há muito enfrentado pelo Poder Judiciário brasileiro, o legislador encampou a teoria dos precedentes judiciais, um dos pilares do *common law*, no Código de Processo Civil, partindo da premissa de que seu uso no Brasil serviria à garantia da segurança jurídica e, por consequência, à diminuição da carga de trabalho no Judiciário.⁴

A importação da ideia dos precedentes, no entanto, não foi realizada de forma integral, uma vez que da simples leitura da lei é possível notar que não há regras gerais para a criação e utilização dos precedentes judiciais. Sem se preocupar em criar uma teoria geral, se buscou adaptar um conceito criado e difundido em ordenamentos estrangeiros à realidade brasileira, bastante distinta em diversos aspectos, mas notadamente em razão da cultura litigiosa adotada no país, de sua grande extensão territorial e das complexas peculiaridades existentes em cada uma de suas regiões.

Para além disso, a sistemática dos precedentes foi limitada ao Código de Processo Civil e, portanto, não se refletiu em outros aspectos aos quais se encontra intrinsecamente ligada, como nas regras de organização judiciária. Por essa razão, muito embora se tenha previsto o uso dos precedentes, não foram delimitadas as regras de como tal se daria ou pensados quais seus reflexos na forma como as Cortes se estruturam e atuam.

Esse ponto assume papel bastante importante porque, atualmente, as Cortes de Sobreposição brasileiras atuam de maneira preponderante no julgamento de recursos, não na criação de precedentes. É nessa tarefa que se concentra o maior número de decisões proferidas, o que significa, em outras palavras, que é o julgamento excessivo de recursos que deve ser combatido na intenção de se diminuir a carga de trabalho dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário. Além disso, se houver valorização da função de criação de precedentes exercida por esses órgãos, também os Tribunais a eles vinculados poderão valer-se dos

⁴ BRASIL, *Anteprojeto do novo Código de Processo Civil*, Congresso Nacional. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496296>>. Acessado em 6.9.2019

julgamentos proferidos pelas Cortes para fundamentar suas próprias decisões, a diminuir as posições conflitantes, que hoje se busca combater.

O presente estudo busca, então, identificar os elementos da teoria dos precedentes em seu nascedouro, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, bem como demonstrar de que modo ela foi incorporada em ordenamentos jurídicos de origem romana, tal qual o brasileiro, a fim de viabilizar a comparação com o modo de importação da sistemática dos precedentes para o Brasil.

Na mesma toada, também foi analisada a estrutura das Cortes de Sobreposição nesses países, com o intuito de identificar os elementos principais de sua composição e características de julgamento por elas proferidas. Essa análise permite dividir as Cortes em dois modelos: Cortes Supremas e Corte Superiores. Cada uma delas possui características próprias e funções diversas, de modo que a opção por uma ou por outra acarreta diferenças estratégicas nas técnicas de criação de precedentes em cada um dos ordenamentos jurídicos.

Feita essa análise, o presente estudo pretende a abordagem crítica da relação entre os modelos de Corte e o sistema de precedentes, voltado a estudar o modelo brasileiro no que diz respeito à criação dos precedentes, seja em termos de quantidade ou de universalidade dos julgamentos proferidos pelas Cortes no Brasil.

As perguntas das quais se parte são duas: (i) a sistemática de precedentes no Brasil equivale à teoria do precedente judicial, já criada e difundida, sobretudo nos países de common law? (ii) o modelo das Cortes de Sobreposição brasileiras favorece a técnica da criação de precedentes, tal qual ocorre nos ordenamentos que rotineiramente trabalham com precedentes?

Não se pretende, à evidência, avaliar de forma exaustiva o tema. Busca-se, no entanto, lançar um olhar crítico às questões mais periféricas que envolvem a opção pelo precedente no Brasil para, ao final, permitir-se concluir se o caminho adotado pelo Código de Processo Civil é suficiente para o fim a que se propôs: garantir segurança jurídica e racionalizar o trabalho das Cortes.

CONCLUSÕES

A análise histórica das bases do *common law* demonstram que, nos países que desenvolveram seu ordenamento jurídico a partir dessa família, o precedente é parte indissociável de sua estrutura. Justamente por essa razão, na Inglaterra e nos Estados Unidos nasceu a teoria do precedente judicial, que analisa desde o seu papel como fonte de Direito às técnicas utilizadas para que sirvam à solução de conflitos. São, assim, esmiuçados na teoria do precedente judicial o seu conceito, a sua capacidade de influir em julgamentos futuros, os métodos para que seja possível compreender as razões das decisões e aplicá-las ao futuro e, além disso, o papel dos juízes e das Cortes no trabalho com o precedente judicial.

A partir dessa análise é possível concluir que o precedente judicial demanda muito mais do que a mera previsão de que uma gama de decisões deve ser observada no momento do julgamento dos casos concretos. Na verdade, trabalhar a partir do precedente significa compreender o seu conceito, seu objetivo e as hipóteses em que ele é fonte para a solução de uma lide.

Ao importar a ideia do precedente judicial, os países estruturados sobre as premissas do *civil law* não devem apenas passar a prever a obrigatoriedade de uma decisão, mas devem ter um ordenamento jurídico estruturado de modo a viabilizar a compreensão e as técnicas que envolvem o seu uso, tal qual ocorre nos ordenamentos jurídicos de origem no *common law*. Há, assim, de se estruturar uma teoria geral do precedente, que pode ser importada, mas que deve, sobretudo, atender às peculiaridades do sistema jurídico ao qual aplicada.

A experiência brasileira, no entanto, demonstra que isso não ocorreu quando da inserção dos precedentes no Código de Processo Civil, em 2015.

Ao longo de anos, o Brasil vem enfrentando uma crise decorrente da alta litigiosidade que, somada a outros fatores, gera sobrecarga no Poder Judiciário. A grande quantidade de decisões proferidas, tomadas muitas das vezes em realidades absolutamente diferentes, auxilia na discrepância de entendimentos, de modo que, não raras vezes, são proferidas

decisões distintas para casos semelhantes, gerando insegurança jurídica e tornando imprevisíveis os resultados a serem obtidos pelas partes em um processo.

Esses dois fenômenos, alta demanda de processos e insegurança jurídica, foram os motes que levaram o legislador brasileiro a positivizar os precedentes como solução para parte dos problemas do Poder Judiciário nacional. A importação do instituto, no entanto, não foi realizada de maneira completa, mas apenas de modo parcial. O Brasil passou, desse modo, a trabalhar com o precedente sem o estabelecimento de regras gerais e técnicas nesse sentido. Não há, atualmente, uma teoria geral do precedente judicial brasileiro.

Essa conclusão leva a um problema basilar no estabelecimento do precedente como técnica de julgamento: a vinculação das decisões proferidas e a consequente necessidade de sua observância pelo órgão que a proferiu e os demais que se encontrem a ele relacionados. A previsão contida no art. 926 do Código de Processo Civil só se torna efetiva se, na busca por “estabilidade, integridade e coerência”, os julgadores estiverem, em alguma medida, vinculados às decisões já proferidas.

A ausência de um *stare decisis* brasileiro, somada ao fato de que o país não possui a cultura do respeito ao precedente, mantém em dúvida se as decisões proferidas, mesmo aquelas elencadas no rol contido no art. 927 do Código de Processo Civil, têm o condão de obrigar os demais juízes a segui-las.

A análise realizada no presente estudo leva à conclusão de que o termo “observarão” contido no *caput* do art. 927 tem força o bastante para obrigar sua observância pelo tribunal que proferiu a decisão e pelos que estejam a ele vinculados. Essa concepção é decorrente do objetivo final buscado com a instituição do precedente no ordenamento jurídico. A Exposição de Motivos do Código de Processo Civil revela que se pretendeu enfrentar a insegurança jurídica, o que só pode ser feito se os juízes tiverem de, obrigatoriamente, considerar o precedente em seu julgamento.

A vinculação ao precedente, no entanto, não deve servir a impedir que os juízes analisem e extraiam suas próprias conclusões dos casos concretos que venham a julgar. Conforme se afirmou ao longo do presente estudo, o precedente é fonte de direito, na medida

em que sua criação se dá mediante a interpretação da lei para extração de uma norma jurídica. Essa norma jurídica, passível de ser extraída por meio da *ratio decidendi* do precedente, é que deverá ou não ser aplicada ao caso concreto sob análise. Cabe ao juiz, portanto, decidir se há ou não semelhanças que justifiquem a adoção das mesmas razões de decidir de um a outro caso.

A atividade de extração da *ratio decidendi*, por sua vez, só é possível se o precedente for criado a partir de uma decisão proferida mediante raciocínio lógico-argumentativo que viabilize uma ampla análise do direito para a adoção da solução que pareça, ao final, a mais justa dentro daquele tema. O precedente demanda, portanto, interpretação ampla do direito e, por consequência, sua força se encontra em sua fundamentação. Os juízes obrigados a seguir o precedente só o poderão fazer se, da decisão, for possível extrair todas as premissas e peculiaridades que levaram à sua adoção, a viabilizar comparar o caso anteriormente julgado – e as razões de decidir – com o caso concreto em julgamento.

A extensão e profundidade da fundamentação do precedente exigem, portanto, que as decisões sejam proferidas de forma qualitativa, não quantitativa. A ideia de que os juízes devem julgar menos para julgar melhor está diretamente associada à capacidade que têm para formar precedentes que, no futuro, possam ser referenciados em outras decisões.

O rol do art. 927 do Código de Processo Civil contém uma série de provimentos originados diretamente nas Cortes de Sobreposição, a exigir delas, ainda mais, o proferimento de decisões de ampla fundamentação. Verifica-se, ademais, que mesmo aquelas decisões que não são tomadas nas Cortes de Sobreposição, como é o caso do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, têm potencial para chegar às Cortes por meio de recursos. Há, portanto, uma inegável concentração da formação de precedentes nas Cortes de Sobreposição, tornando necessário que estas possuam estrutura e capacidade para absorver a demanda de criar precedentes de robusta fundamentação.

É dentro desse contexto que se conclui pela afetação recíproca entre a previsão dos precedentes no ordenamento e a função exercida pelas Cortes de Sobreposição, e também

de onde surge a distinção entre as Cortes de Justiça, ou Cortes Superiores, e as Cortes de Precedentes, ou Cortes Supremas.

Nos ordenamentos jurídicos vinculados ao *common law*, as Cortes de Sobreposição foram criadas e estruturadas junto do desenvolvimento do próprio precedente. A análise histórica permite concluir que, àquelas Cortes, foram sendo atribuídas funções na exata medida em que o sistema de precedentes delas o exigia. Desse modo, sendo a maior função dessas Cortes a criação do precedente, elas são classificadas como Cortes de Precedentes.

Ao contrário disso, as Cortes de Sobreposição oriundas de ordenamentos jurídicos do *civil law*, são, em regra, Cortes de Justiça, que foram pensadas para julgamento de casos concretos, de modo que a formação de precedentes não é sua atividade principal. Na maior parte desses ordenamentos, o precedente sequer possui papel relevante – e vinculante – que justifique atuação nessa seara.

Ao delinear uma sistemática de precedentes, o Código de Processo Civil em vigor finalmente inseriu essa como uma das bases do direito nacional. Se antes já havia decisões com o poder de influenciar outras que viessem a ser proferidas pelos próprios tribunais ou por aqueles a eles vinculados, conclui-se que apenas a partir da vigência da atual Lei Processual a sistematização da teoria geral do precedente passou a ser uma preocupação do legislador e dos operadores do direito no Brasil.

A mudança na forma de trabalho com o precedente, no entanto, não veio acompanhada de efetiva mudança na posição das Cortes de Sobreposição no Brasil.

A análise dos dados divulgados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça permite concluir que ambas as Cortes têm, a despeito da entrada em vigor do Código de Processo Civil, mantido sua atuação primordial voltada ao julgamento de casos concretos, não ao proferimento de decisões que, por serem universalizáveis, possuam fundamentação e capacidade de serem referenciadas e influir em julgamentos futuros.

Essa realidade significa que, na maior parte de seu tempo, as Cortes de Sobreposição não se voltam à interpretação do direito mediante a produção de normas jurídicas, função

típica das Cortes de Precedentes. Há no Brasil, então, uma sistemática de precedentes cuja formação está concentrada em Cortes de Justiça.

As Cortes de Justiça de ordenamentos vinculados ao *civil law*, no entanto, são comumente mais aparelhadas que as Cortes brasileiras. A *Cour de Cassation* francesa possui mais de 200 (duzentos) juízes, a *Corte Suprema di Cassazione* italiana, 360 (trezentos e sessenta), e o *BGH* alemão, 130 (cento e trinta). Em contrapartida, o Supremo Tribunal Federal é composto por 11 (onze) ministros, enquanto o Superior Tribunal de Justiça possui 33 (trinta e três) membros.

As Cortes de Sobreposição brasileiras, nesse aspecto, muito mais se assemelham às Cortes de Precedentes dos países de *common law*: dentre aqueles que foram objeto do presente estudo, a *Supreme Court* americana conta com nove juízes e a *Supreme Court* inglesa, com 12 (doze). É importante, contudo, notar que essas Cortes julgaram menos de cem casos por ano ao longo da última década, ao passo que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça proferem decisões sempre na casa dos milhares.

Conclui-se, assim, que as Cortes de Sobreposição brasileiras são Cortes de Justiça, aparelhadas como Cortes de Precedentes, cuja principal atividade tem sido, desde a sua criação, o julgamento de casos concretos, muito embora, atualmente, tenha havido um encaminhamento do ordenamento jurídico brasileiro para a valorização do precedente, o que exigiria que essa atividade tomasse lugar central em sua atuação.

Essa dualidade, identificada neste estudo como a dupla face das Cortes de Sobreposição, deve ser combatida porque pode tornar inócua a importação do precedente com o objetivo de diminuir o asoberbamento do Poder Judiciário e garantir a segurança jurídica.

Como abordado ao longo do trabalho, a robustez que se espera da fundamentação das decisões proferidas pelas Cortes de Precedentes está atrelada à sua capacidade de influenciar julgamentos futuros. Se as Cortes de Sobreposição não puderem atuar precipuamente nessa função, mas tiverem de se voltar à solução de milhares de casos concretos cujas decisões não são universalizáveis, é consequência lógica que essa atividade restará prejudicada e os

precedentes criados não serão seguidos – acabarão sendo sempre objeto de distinção ou superação – em razão de sua inaplicabilidade aos casos concretos.

Diante dessa análise, as seguintes conclusões podem ser extraídas deste trabalho: **(i)** o Brasil não é um país culturalmente habituado ao manejo de precedentes; **(ii)** a importação dos precedentes ao Brasil não foi acompanhada de uma teoria geral do precedente; **(iii)** os provimentos previstos no rol do art. 927 têm caráter vinculante; **(iv)** mesmo sem a construção de uma teoria geral brasileira do precedente, este é fonte de direito porque produzido mediante interpretação da lei para extração de uma norma jurídica; **(v)** a extração dessa norma jurídica deve ocorrer a partir do proferimento de uma decisão dotada de lógica argumentativa que analise de forma universalizável a questão jurídica, viabilizando seu referenciamento em casos futuros; **(vi)** a atividade de criação dessa norma jurídica é concentrada, principalmente (mas não exclusivamente), nas Cortes de Sobreposição; **(vii)** as Cortes de Sobreposição brasileiras têm atuação precípua na qualidade de Cortes de Justiça; **(viii)** a estrutura das Cortes de Sobreposição brasileiras é semelhante à encontrada, nos ordenamentos estrangeiros, em Cortes de Precedentes; **(ix)** porque pouco aparelhadas, as Cortes de Sobreposição brasileiras não conseguem voltar seu tempo à produção, em grande número, de precedentes de robusta fundamentação.

A partir das conclusões a que se chegou, é possível delinear ao menos dois caminhos conjuntos para o problema identificado, relativo à atuação das Cortes de Sobreposição na qualidade de formadoras de precedentes.

O primeiro deles, relacionado ao precedente, corresponde à necessária criação de uma teoria geral do precedente no Brasil. A partir dela poderá ser fixado o conceito de precedente e a sua vinculação, bem como estruturadas as técnicas gerais para sua formação, superação e distinção. Determinadas as premissas relativas ao manejo de precedentes, há de se partir para o segundo movimento necessário: a definição da função das Cortes de Sobreposição.

Não se ignora que as funções do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça já se encontram delimitadas na Constituição Federal. O estudo realizado, contudo,

identificou que a sistemática de precedentes tornou necessário que as Cortes de Sobreposição se voltem mais à sua função de criadoras de precedentes, fazendo dessa sua atividade principal.

Assim, conclui-se que mudanças estruturais, como a criação de novos filtros para acesso pelas partes às Cortes de Sobreposição pela via recursal, ou, ainda, a implementação de um sistema que permita a elas decidirem (até mesmo de forma discricionária) quais questões jurídicas possuem relevância para serem decididas, são caminhos que permitem o endereçamento de sua atividade à função de criação de precedentes, diminuindo sua atuação quantitativamente para viabilizar a produção de decisões universalizáveis, de fundamentação cada vez mais ampla, capazes de servirem como referência à solução de uma gama maior de casos.

Essas alternativas, as quais comportam, cada uma, estudos aprofundados acerca de sua possibilidade de implementação, podem servir como meio para que, ao final, seja alcançado o objetivo que levou o legislador à importação dos precedentes no Brasil: garantir a segurança jurídica e diminuir o alto índice de asoberbamento do Poder Judiciário nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOUD, Georges. *Do genuíno precedente ao stare decisis brasileiro: os fatores histórico, hermenêutico e democrático que os diferenciam*. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie et al. *Precedentes*. Salvador: Juspodivm, 2015.

ABBOUD, Georges. *Precedente judicial versus jurisprudência dotada de efeito vinculante – A ineficácia e os equívocos das reformas legislativas na busca de uma cultura de precedentes*. In WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *Direito e Jurisprudência*, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

ABBOUD, Georges; LUNELLI, Guilherme; SCMITZ, Leonard Ziesmer. *Como trabalhar – e como não trabalhar – com súmula no Brasil: Um acerto de paradigmas*, In: MENDES, Aluísio Gonçalves; MARINONI, Luiz Guilherme; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.), *Direito Jurisprudencial*, vol. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

ABRAMOWICZ, Michael. *Defining dicta*. In: George Washington University Law School, 57 Stan. L. Rev. 853, 2005.

ALEXY, Robert. *Theorie der juristischen argumentation* (tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva: *Teoria da argumentação jurídica*), 2ª ed., São Paulo: Landy Livraria e Editora Ltda., 2005.

ALEXY, Robert; DREIER, Ralf. *Precedent in the Federal Republic of Germany*. In: McCORMICK, D. Neil; SUMMERS, Robert S.; GOODHART, Arthur L. *Interpreting precedents: a comparative study*. Londres: Routledge, 1997.

ALMEIDA, Luciana Robles de. *Entre Corte Superior e Corte Suprema: notas sobre o papel do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça à luz do Código de Processo Civil de 2015*, Revista de Processo, vol. 9/2019, pp. 313-342, jan. 2019.

ALVIM, Teresa Arruda; DANTAS, Bruno. *Recurso especial, recurso extraordinário e a nova função dos tribunais superiores: Precedentes no direito brasileiro*. 5ª ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

ANDRADE, Juliana Melazzi. *A competência dos tribunais para julgamento de IRDRs: possível incompatibilidade decisória e a remessa (obrigatória) aos tribunais superiores*. Revista de Processo, vol. 277/2018, pp. 425-448, mar. 2018.

ANDREWS, Neil. *A Suprema Corte do Reino Unido: reflexões sobre o papel da mais alta corte britânica*. Tradução de Teresa Arruda Alvim Wambier Revista de Processo, vol. 186/2010, pp. 299-312, ago. 2010.

ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*. 9. ed. São Paulo: RT, 2017.

AZEVEDO, Álvaro Villaça, *Os assentos no direito processual civil*, in Revista Justitia, nº 74, 1971.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *A Suprema Corte Norte-Americana: um modelo para o mundo?*, in Temas de direito processual, 8ª série. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Algumas inovações da Lei 9.756 em matéria de recursos civis*. Temas de Direito Processual, sétima série. São Paulo: Saraiva, 2001a.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 5, 14ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O processo civil brasileiro entre dois mundos*. In: Revista da EMERJ, v. 4, n. 16, 2001.

BARIONI, Rodrigo. *As unpublished opinions do direito norte-americano: contribuição para a assunção de competência*. Revista de Processo, vol. 261/2016, pp. 389-413, nov. 2016.

BARROSO, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARROSO, Luís Roberto. *Reflexões sobre as competências e o funcionamento do Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/palestra-ivnl-reflexoes-stf-25ago2014.pdf>> Acessado em 28.12.2019.

BARROSO, Luís Roberto; CAMPOS MELLO, Patrícia Perrone, *Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no Direito Brasileiro*. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/dl/artigo-trabalhando-logica-ascensao.pdf>>. Acessado em 2.1.2020.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos, *Efetividade do processo e técnico processual*, 3ª ed., São Paulo: Malheiros, 2010.

BELLO, Otávio Augusto Righetti Dal. *A função jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça no Estado Democrático de Direito*. (Dissertação) – Mestrado, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

BENETTI, Sidnei Agostinho. *Assunção de competência e fast-track recursal*, Revista de Processo, vol. 171/2009, pp. 9-23, mai. 2009.

BONATO, Giovanni. *O filtro ao recurso de cassação no sistema jurídico italiano*. Revista de Processo, vol. 249/2015, pp. 249-274, nov. 2015.

BONIZZII, Marcelo José Magalhães; BONATO, Giovani. *A capacidade postulatória dos advogados perante as Cortes Supremas: perspectivas de direito comparado no Brasil, na França e na Itália*. In PUOLI, José Carlos Baptista; BONIZZII, Marcelo José Magalhães. LEONEL, Ricardo de Barros (coord.), *Direito Processual Constitucional*, Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

BORNKAMM, Joachim. *O Recurso Especial (Revision) e as novas tendências na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Bundesgerichtshof)*, in Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, volume 26, 2010, pp. 18-28. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/serie-cadernos/seriecadernoscej26brasil-alemanha.pdf/at_download/file>. Acessado em 3.1.2020.

BRASIL, *Anteprojeto do novo Código de Processo Civil*, Congresso Nacional. Disponível em < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496296>>. Acessado em 6.9.2019.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Manual de direito processual civil*: inteiramente estruturado à luz do novo CPC, de acordo com a Lei nº 13.256, de 04/02/2016. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa. *A dificuldade de se criar uma cultura argumentativa do precedente judicial e o desafio do Novo CPC*. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; et al. *Precedentes*. Salvador: Juspodivm, 2015.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa; et al. *A força normativa do direito judicial: uma análise da aplicação prática do precedente no direito brasileiro e dos seus desafios para a legitimação da autoridade do Poder Judiciário*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

BUZAID, Alfredo, *Anteprojeto de Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro, 1964.

CABRAL, Antônio do Passo. *A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos*, Revista de Processo, vol. 231/2014, pp.201-223, mai. 2014.

CABRAL, Antônio do Passo. *A técnica do julgamento-alerta na mudança de jurisprudência consolidada*. Revista de Processo, vol. 221/2013, pp. 13-48, jul. 2013.

CAPPELETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Access to justice: the worldwide movement to make rights effective. A general report* (trad. de Ellen Gracie Northfleet: *Acesso à Justiça*), Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, *Justiça em números 2019: ano-base 2018*, Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2019. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf>. Acessado em 28.12.2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, *STJ em números exercício 2018*, Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2019. Disponível em

<http://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Midias/arquivos/dados_stj_2018_v3.pdf>. Acessado em 28.12.2019.

CORRÊA, Fabio Peixinho Gomes. *Direito Processual Civil Alemão* in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.). *Direito Processual Civil Europeu Contemporâneo*, São Paulo: Lex Editora, 2010.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão, *A experiência brasileira com a vinculação das decisões judiciais e a atual súmula vinculante introduzida pela EC 45/2004*, in ASSIS, Araken de; ARRUDA ALVIM, Eduardo. *Direito civil e processo – Estudos em homenagem ao Professor Arruda Alvim*, Revista dos Tribunais: São Paulo, 2007.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. *A reclamação para os tribunais superiores e o novo CPC, com as alterações da Lei nº 13.256/2016*. Revista de Processo, vol. 257/2016, pp. 255-66, jul. 2016.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Direito Processual Civil Inglês* in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.). *Direito Processual Civil Europeu Contemporâneo*, São Paulo: Lex Editora, 2010.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Eficácia do precedente judicial na história do direito brasileiro*, in Revista do Advogado, nº 78, 2004a.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *O regime do precedente judicial no novo CPC*. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; et al. *Precedentes*. Salvador: Juspodivm, 2015.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Precedente como fonte do direito*. São Paulo: RT, 2004.

CUNHA, Leonardo José. *Causas repetitivas e a necessidade de um regime que lhes seja próprio*. Disponível em:

<https://www.fdsu.edu.br/posgraduacao/revista_artigo.php?artigo=40&volume=>.

Acessado em 5.1.2019.

CURY, Augusto Jorge. *Recurso extraordinário, recurso especial e o caráter vinculante dos precedentes oriundos de seu julgamento*. (Dissertação) – Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

DANTAS, Bruno. *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado: questões processuais*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DAVID, René. *Os grandes sistemas do Direito Contemporâneo*, 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DE SOUZA, Michel Roberto Oliveira. *Recurso Especial Repetitivo: análise crítica do julgamento por amostragem* (Dissertação) - Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de Direito Processual Civil. Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. 15. ed. Salvador: JusPodivm, v. 3, 2018.

DIDIER JR., Fredie. *Sistema brasileiro de precedentes judiciais obrigatórios e os deveres institucionais dos tribunais: uniformidade, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência*. In: DIDIER JR., Fredie; et. al. (coord.) *Precedentes*. Salvador: JusPodivm, 2015.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. Vol. I, 6ª ed., revista e atualizada, São Paulo: Malheiros, 2009.

DUXBURY, Neil. *The nature and authority of precedent*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FALCÃO, Joaquim et al. *I Relatório Supremo em Números: O Múltiplo Supremo*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10312/I%20Relat%c3%b3rio%20Supremo%20em%20N%c3%bameros%20-%20O%20M%c3%baltiplo%20Supremo.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acessado em 28.12.2019.

FERNANDES, Marília Costa Barbosa. *Incidente de assunção de competência: caracterização do instituto e sua aplicação no STJ*. In: CASTELO BRANCO, Janaína Soares Noleto; PEREIRA, Lara Dourado Mapurunga (Coords.). *Processo nos tribunais e meios de impugnação das decisões no CPC*. Fortaleza: Mucuripe, 2018.

GALDIANO, José Eduardo Berto. *Técnica de julgamento de recursos repetitivos pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça* (Dissertação) - Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GÁLVEZ, Juan F. Monroy, *Las Cortes Supremas en la posmodernidad* in POSADA, Giovanni Priori (coord.) *El rol de las Altas Cortes y el derecho a la impugnación*, Palestra Editores: Lima, 2015.

GOODHART, Arthur L. *Three cases on possession*. The Cambridge Law Journal, n. 3, 1928.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *As raízes italianas do moderno processo civil brasileiro*. in ZUFELATO, Camilo; BONATO, Giovanni, SICA, Heitor Vitor Mendonça, CINTRA, Lia Carolina Batista, (coord.). *I Colóquio Brasil-Itália de Direito Processual Civil*, Salvador: JusPodivm, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para uma nova teoria geral do processo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

HAMILTON, Alexander. *Federalist Papers* n. 80. Disponível em: <<http://www.foundingfathers.info/federalistpapers/fed80.htm>>. Acessado em 29.12.2019

HARRIS, J.W. *Towards Principles of Overruling—When Should a Final Court of Appeal Second Guess?* In: Oxford Journal of Legal Studies, Volume 10, Edição 2, Julho de 1990.

HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. *Recursos cíveis e outros temas*. Niterói: Impetus, 2011.

HERTEL, Christian. *Legal systems of the world. An overview*. Notarius International. 1-2/2009. Disponível em <<http://www.notarius->

international.uinl.org/database/2009/notarius_2009_01_02_hertel_en.pdf> Acessado em: 21.1.2019.

KOMÁREK, Jan. *Reasoning with Previous Decisions: Beyond the Doctrine of Precedent*. LSE Legal Studies Working Paper No. 8/2012.

LEAL, Victor Nunes, *Passado e futuro da súmula do STF*, in R. Dir. Adm., Rio de Janeiro, 145:1-20, set. 1981.

LEMONS, Vinicius Silva. O incidente de assunção de competência: da conceituação à procedimentalidade. Salvador: Editora JusPodium, 2018.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Direito Processual Civil Francês* in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.). *Direito Processual Civil Americano Contemporâneo*, São Paulo: Lex Editora, 2010.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Direito Processual Civil Francês* in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.). *Direito Processual Civil Europeu Contemporâneo*, São Paulo: Lex Editora, 2010.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Reclamação constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LIMA, Tiago Asfor Rocha. *Precedentes judiciais civis*. São Paulo: Saraiva, 2013.

LUCCA, Rodrigo Ramina de. *O dever de motivação das decisões judiciais*. Salvador: JusPodivm, 2015.

MACCORMICK, Neil, *Argumentação jurídica e teoria do direito*, trad. Waldéa Barcellos, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACCORMICK, Neil. *Precedent in the United Kingdom* In: McCORMICK, D. Neil; SUMMERS, Robert S.; GOODHART, Arthur L. *Interpreting precedents: a comparative study*. Londres: Routledge, 1997.

MACÊDO, Lucas Buril de. *Contributo para a definição de ratio decidendi na teoria brasileira dos precedentes judiciais*, in DIDIER JR., Fredie; et al (coord.). *Precedentes*, Salvador: Ed. JusPodivm, 2015.

MACÊDO, Lucas Buril. *Precedentes judiciais e o direito processual civil*. Salvador: JusPodivm, 2015.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo, *Recurso extraordinário e recurso especial*, 11ª ed., rev. atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Divergência jurisprudencial e súmula vinculante*. 5. ed. São Paulo: RT, 2013.

MARCATO, Antonio Carlos. *Algumas considerações sobre a crise da Justiça*. Disponível em: <<http://www.marcatoadvogados.com.br/wp-content/uploads/2015/07/arquivo66.pdf> - Acessado em 23.8.2019>. Acessado em 3.1.2019.

MARCATO, Antônio Carlos. *Crise da justiça e influência dos precedentes judiciais no direito processual civil brasileiro*, 2009. Tese (Professor Titular de Direito Processual Civil) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Eficácia temporal da revogação da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores*. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242857>>. Acessado em 16.10.2019.

MARINONI, Luiz Guilherme. *O STJ enquanto Corte de Precedentes*. 2. ed. São Paulo: RT, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes obrigatórios*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Sobre o incidente de assunção de competência*. Revista de Processo, vol. 260/2016, pp. 233-236, out. 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Uma nova realidade diante do Projeto de CPC: A ratio decidendi ou os fundamentos determinantes da decisão*. Revista dos Tribunais, vol. 101/2012, pp. 352-414, ago. 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel, *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. XV, Ed. Revista do Tribunais: São Paulo, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *O projeto do novo CPC: críticas e propostas*. São Paulo: RT, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. São Paulo: RT, 2007.

MEDINA, José Miguel Garcia, *Integridade, estabilidade e coerência da jurisprudência no Estado Constitucional e Democrático de Direito: o papel do precedente, da jurisprudência e da súmula, à luz do CPC/2015*. Revista dos Tribunais, vol. 974/2016, pp. 129-154, dez. 2016.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Prequestionamento, repercussão geral da questão constitucional, relevância da questão federal*. 7ª ed., rev., ampl. e atual., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. *Precedentes. O desenvolvimento judicial do direito no constitucionalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Precedentes e jurisprudência: papel, fatores e perspectivas no direito brasileiro contemporâneo*. In MENDES, Aluísio Gonçalves; MARINONI, Luiz Guilherme; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.), *Direito Jurisprudencial*, vol. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira, *Curso de direito constitucional*. 7ª ed. rev. e atual.. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIGUEL, Alfonso Ruiz; LAPORTA, Franciso J. *Precedent in Spain*. In: McCORMICK, D. Neil; SUMMERS, Robert S.; GOODHART, Arthur L. *Interpreting precedents: a comparative study*. Londres: Routledge, 1997.

MITIDIERO, *Cortes Superiores e Cortes Supremas*: Do controle à interpretação da jurisprudência ao precedente. 3ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. *A jurisprudência uniformizada como estratégia de aceleração do procedimento*. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). *Direito jurisprudencial*. São Paulo: Ed. RT, 2012.

MORETO, Mariana Capela Lombardi. *O precedente judicial no sistema processual brasileiro* (Tese) - Doutorado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOTTA E CORREA, Rafael. *O sistema de provimentos vinculantes do CPC/15 e o dever de manutenção da jurisprudência uniforme, estável, íntegra e coerente*. Revista de Processo, v. 281/2018, pp. 491-520, jul. 2018.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito Processual Civil*. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo Código de Processo Civil Comentado*, 3ª ed. rev. e atual., Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.

NOLASCO, Rita Dias; CAHALI, Cláudia Elisabete Schwerz. *Cabimento, admissibilidade, extensão do sobrestamento dos processos e da tese jurídica fixada – no incidente de resolução de demandas repetitivas*. In: DANTAS, Bruno et al. *Questões relevantes sobre recursos, ações de impugnação e mecanismos de uniformização da jurisprudência*. São Paulo: RT, 2017.

NUNES, Dierle; HORTA, André Frederico. *Aplicação de precedentes e distinguishing no CPC/2015: uma breve introdução*, in DIDIER JR., Fredie; et al. Precedentes. Salvador: Juspodivm, 2015.

PACÍFICO, Luiz Eduardo Boaventura. *Direito Processual Civil Argentino* in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.). *Direito Processual Civil Americano Contemporâneo*, São Paulo: Lex Editora, 2010a.

PACÍFICO, Luiz Eduardo Boaventura. *Direito Processual Civil Italiano* in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.). *Direito Processual Civil Europeu Contemporâneo*, São Paulo: Lex Editora, 2010.

PANUTO, Peter. *Precedentes judiciais vinculantes*, Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

PEIXOTO, Ravi. *Superação do precedente e segurança jurídica*. Salvador: JusPodivm, 2015.

PEIXOTO, Renata Cortez Vieira. *Há possibilidade de utilização do incidente de assunção de competência quando houver repetição de demandas a respeito de uma mesma relevante questão de direito?* In: GALINDO, Beatriz Magalhães; KOHBACH, Marcela (Coords.) *Recursos no CPC/15. Perspectivas, críticas e desafios*. Salvador: JusPodivm, 2017.

PEREZ, Bruno Leandro Palhares. *Análise crítica do modelo brasileiro de acesso aos Tribunais Superiores: A admissibilidade dos recursos excepcionais no Direito Processual Civil brasileiro* (Dissertação) - Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PIGNATARI, Alessandra Aparecida Calvosso Gomes. *Efeitos processuais no controle judicial de constitucionalidade* (Dissertação) - Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PINTO E BORGIO, Maria Celia Nogueira. *Desafios à implementação do sistema brasileiro de precedentes em decorrência da ausência de teoria geral própria e da tendência à*

equiparação ao modelo do common law, Revista de Processo, vol. 288/2019, pp. 445-469, fev. 2019.

PISANI, Andrea Proto. *Crisi della Cassazione: la (non più rinviabile) necessità di una scelta*. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/23202771>>. Acessado em 31.12.2019.

PUOLI, José Carlos Baptista, *Precedentes vinculantes? O CPC “depois” da lei n. 13.256/16*, in LUCON, Paulo Henrique dos Santos; et al. (coord.). *Processo em Jornadas*. Salvador: JusPodivm, 2016.

RAMOS, Elival da Silva. *O controle de constitucionalidade*. In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide (Orgs.). *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ Editora, 2005.

RE, Edward D. *Stare Decisis*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet, Revista Forense 327/38, Rio de Janeiro: Forense, junho-setembro de 1994.

RE, Richard M. *Narrowing Supreme Court Precedent from Below*. in: UCLA School of Law Research Paper No. 15-51.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REHNQUIST, William Hubbs. *The Supreme Court*. Revised and updated. New York: Vintage Books, 2002.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. *Sobre a súmula vinculante*. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 34, n. 133, p. 51-64, 1997. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/193/r133-06.PDF?sequence=4>>. Acessado em 5.1.2020.

RODRIGUES, Felipe Roberto. *Técnicas para formação de precedentes no direito processual civil brasileiro* (Dissertação) - Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Marcelo Abelha, *Sistema de precedentes ou meros filtros redutores de demandas repetitivas? angústias e desconfianças*. In: Revista de Processo, vol. 259/2016, pp. 307-329, set. 2016.

ROSA, Renato Xavier da Silveira, *Precedentes no processo civil brasileiro: valorização e efetividade* (Dissertação) – Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROSITO, Francisco. *Teoria dos precedentes judiciais*. Racionalidade da tutela jurisdicional. Curitiba: Juruá, 2012.

SACCO, Rodolfo. *Legal Formants: A Dynamic Approach to Comparative Law*. In: The American Journal of Comparative Law, Volume 39, Issue 2.

SALGADO, José María. *Precedentes y control de constitucionalidad em Argentina*. in DIDIER JR., Fredie; et al (coord.). Precedentes, Salvador: Ed. JusPodivm, 2015

SALLES, Carlos Alberto. *Precedentes e jurisprudência no novo CPC: novas técnicas decisórias?* In: O Novo Código de Processo Civil: questões controvertidas. São Paulo: Atlas, 2015.

SCHAUER, Frederick. *Precedent*. in: Stanford Law Review. Vol. 39, nº. 3, Fevereiro/1987.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Direito Processual Civil Espanhol* in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.). Direito Processual Civil Europeu Contemporâneo, São Paulo: Lex Editora, 2010.

SILVA, Ovídio Baptista. *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SILVA, Virgílio Afonso. *O STF e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública*. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/4144/2927>>. Acessado em 20.7.2018.

SINCLAIR, Michael B.W., *Precedent, Super-Precedent, Articles & Chapters*, 2007. Disponível em <http://law.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=6752&context=expresso>. Acessado em 3.9.2018.

SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. *Segurança jurídica e jurisprudência: um enfoque filosófico-jurídico*. São Paulo: LTr, 1996.

STRECK, Lênio Luiz, NUNES, Dierle, CUNHA, Leonardo Carneiro, *Comentários ao Código de Processo Civil*, 2ª. ed., SaraivaJur: São Paulo, 2017.

STRECK, Lênio Luiz. *Jurisdição constitucional hermenêutica*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2004

SUÁREZ, Christian Delgado, *Sobre los modelos de cortes supremas y la revocación de precedentes* in Revista Iberoamericana de Derecho Procesal, vol. 3, ano 2, p. 15-39, São Paulo: Ed. RT, 2016.

SUMMERS, Robert S. *Precedent in the United States (New York State)*. In: McCORMICK, D. Neil; SUMMERS, Robert S.; GOODHART, Arthur L. *Interpreting precedents: a comparative study*. Londres: Routledge, 1997.

TARUFFO, Michele, *Icebergs do common law e civil law? Macrocomparação e microcomparação processual e o problema da verificação da verdade*. In: Revista de Processo, nº 181, trad.: Hermes Zanetti Júnior, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010.

TARUFFO, Michele. *Dimensiones del precedente judicial*. In: Páginas sobre Justicia Civil, Madris: Marcial Pons, 2009.

TARUFFO, Michele. *Institutional factors influencing precedents*. In: McCORMICK, D. Neil; SUMMERS, Robert S.; GOODHART, Arthur L. *Interpreting precedents: a comparative study*. Londres: Routledge, 1997.

TARUFFO, Michele. *Precedente e jurisprudência*, in Revista de Processo, vol. 199, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011.

TARUFFO, Michele. *Proceso y decisión*. Lecciones mexicanas de Derecho procesal. Madrid: Marcial Pons, 2012.

TARUFFO, Michele; LA TORRE, Massimo. *Precedent in Italy*. In: McCORMICK, D. Neil; SUMMERS, Robert S.; GOODHART, Arthur L. Interpreting precedents: a comparative study. Londres: Routledge, 1997.

TEMER, Sofia, *Incidente de Resolução de Demanda Repetitivas*, Salvador, Ed. Juspodivm, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Código de processo civil anotado*. 20ª edição, revista e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*, vol. III, Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TROPER, Michel; GRZEGORCZYK, Christophe. *Precedent in France*. In: McCORMICK, D. Neil; SUMMERS, Robert S.; GOODHART, Arthur L. Interpreting precedents: a comparative study. Londres: Routledge, 1997.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Precedentes e evolução do Direito* in WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). Direito e Jurisprudência, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDEIROS, Maria Lúcia Lins Conceição. *Recursos repetitivos: realização integral da finalidade do novo sistema impõe mais do que a paralisação dos recursos especiais que estão no 2.º grau*. Revista de Processo. vol. 19/2011, pp. 187-197, jan. 2011.

WATANABE, Kazuo. *Relação entre demanda coletiva e demandas individuais*. Revista de Processo, vol. 139/2006, pp. 28-35, set. 2006.

YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. *Recursos no Direito Processual Civil Norte-americano*, Revista de Processo, vol. 221/2013, p. 155-174, jul. 2013.

YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. *Recursos no Processo Civil Inglês*. Revista de Processo, vol. 220/2013, pp.159-179, jun. 2013a.

ZACLIS, Lionel. *Direito Processual Civil Estadunidense*. in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.). *Direito Processual Civil Americano Contemporâneo*, São Paulo: Lex Editora, 2010.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. *Precedentes (treat like cases alike) e o Novo Código de Processo Civil*. Revista de Processo, volume 235. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ZANETTI JR., Hermes, *Precedentes normativos formalmente vinculantes*, in DIDIER JR., Fredie; et al (coord.). *Precedentes*, Salvador: Ed. JusPodivm, 2015.

ZANETTI JÚNIOR, Hermes. *O valor vinculante dos precedentes. Teoria dos precedentes formalmente vinculantes*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

ZUFELATO, Camilo. *Precedentes judiciais vinculantes à brasileira no Novo CPC: aspectos gerais*. In: *O Novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015.